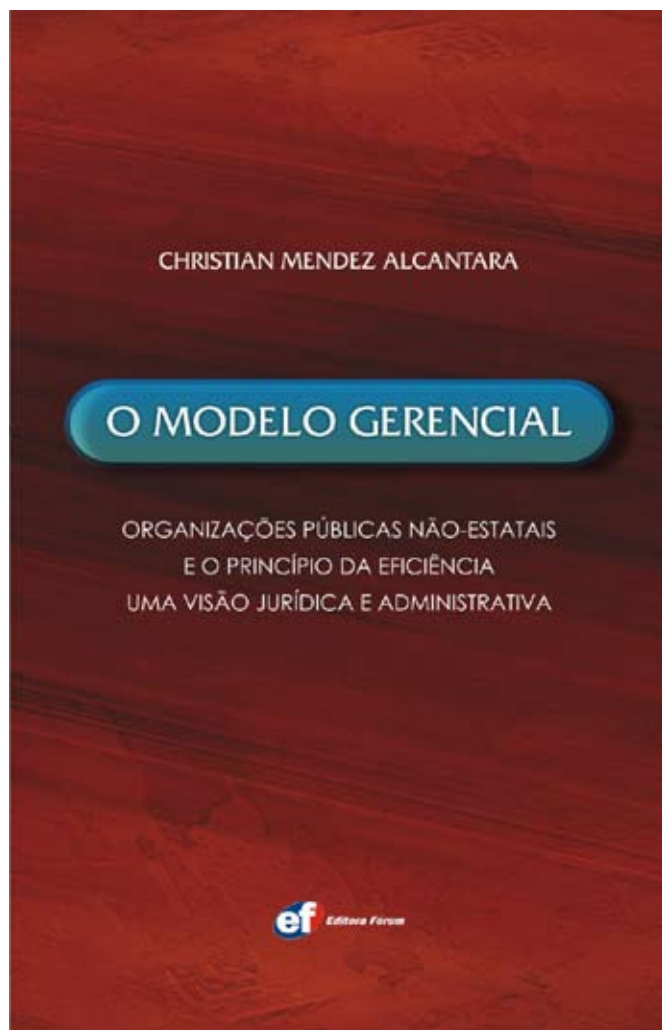


Christian Mendez Alcantara



O modelo gerencial

Organizações públicas não-estatais e o princípio da eficiência

Uma visão jurídica e administrativa

Área específica
Direito Administrativo e gestão pública
Áreas afins
Direito e Administração Pública

195 páginas
ISBN 978-85-7700-254-2
Formato: 14,5x21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

A criação de serviços sociais autônomos e organizações sociais geralmente não está inserida no contexto da Reforma Administrativa. Uma das maiores dificuldades dessas organizações é conseguir aplicar sistemas de avaliações consistentes para medir eficiência e eficácia destas organizações públicas não-estatais.

Este livro aborda esse tema, tendo como ponto de partida o modelo gerencial e o princípio da eficiência. Analisa os principais aspectos da abordagem gerencial no Brasil e apresenta algumas características deste modelo no Reino Unido e na Espanha. No Brasil, a ênfase do modelo é dada nas organizações sociais e nos serviços sociais autônomos. No Reino Unido, berço do gerencialismo, foram priorizados os aspectos gerais deste modelo e na Espanha, a denominada “fuga do direito administrativo”.

O autor considera que estas organizações, quando controladas diretamente ou indiretamente pelo Estado, devem seguir o Direito Administrativo, especialmente o procedimento licitatório, o processo seletivo público para contratação de pessoal e a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado.

Christian Mendez Alcantara

É graduado em direito e odontologia, tem mestrado em administração, doutorado em direito, estágio de doutoramento no exterior e estância pós-doutoral na Universidade da Coruña-Espanha.

É professor da UFPR e membro do comitê assessor em saúde bucal do Ministério da Saúde.

O autor pesquisa e tem interesse na área de gestão pública, em especial, as relacionadas à saúde pública e novos modelos de gestão, reforma administrativa e organizações públicas não-estatais.

Sumário do livro:

Capítulo 1

Introdução

- 1.1 Objetivos
 - 1.1.1 Objetivo geral
 - 1.1.2 Objetivos específicos
- 1.2 Justificativa teórico-prática

Capítulo 2

Fundamentação teórico-empírica

- 2.1 Estado
- 2.2 Administração pública
 - 2.2.1 Administração patrimonial
 - 2.2.2 Burocracia e administração pública burocrática
 - 2.2.3 O modelo gerencial na administração pública
 - 2.2.3.1 O modelo gerencial no Reino Unido
 - 2.2.3.2 O modelo gerencial no Brasil
 - 2.2.3.3 O modelo gerencial na Espanha e “la huida del derecho administrativo”
- 2.3 Organizações sociais
 - 2.3.1 As organizações sociais, as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e a dispensa da licitação
- 2.4 Serviços sociais autônomos
 - 2.4.1 Os serviços sociais autônomos no Estado do Paraná
 - 2.4.2 Serviços sociais autônomos e organizações sociais em Curitiba
- 2.5 Reforma administrativa
- 2.6 Eficiência e eficácia na administração pública
 - 2.6.1 Eficiência na administração pública
 - 2.6.2 Eficácia na administração pública
- 2.7 A eficiência e a eficácia no Direito
 - 2.7.1 A eficiência como princípio constitucional da administração pública no Brasil
 - 2.7.2 A eficácia como princípio constitucional da administração pública na Espanha
 - 2.7.3 Eficiência administrativa e o controle judicial no Brasil
 - 2.7.4 Eficácia administrativa e o controle judicial na Espanha

Capítulo 3

Estudo e análise dos casos: serviços sociais autônomos e organizações sociais

- 3.1 PARANACIDADE
- 3.2 PARANÁ TECNOLOGIA
- 3.3 PARANAPREVIDÊNCIA
 - 3.3.1 Sistema de Assistência à Saúde (SAS)
- 3.4 PARANAEDUCAÇÃO
- 3.5 ECOPARANÁ
- 3.6 Instituto Curitiba de Saúde (ICS-Ctba)
- 3.7 Instituto Curitiba de Arte e Cultura (ICAC)
- 3.8 Instituto Curitiba de Informática
- 3.9 Discussão dos casos

Capítulo 4

Considerações finais

Referências

Índice de Assunto

Índice da Legislação

Índice Onomástico